

**PROJETO DE LEI Nº 004/2026 DE 12 DE JANEIRO DE 2026.**

**Autoria:** Poder Executivo Municipal.

**“ACRESCENTA OS ARTS. 3º-A, 3º-B E 3º-C À LEI MUNICIPAL Nº 1.497, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT PARA O QUADRIÊNIO 2026–2029, PARA INSTITUIR A AGENDA TRANSVERSAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** A Lei Municipal nº 1.497, de 15 de outubro de 2025, passa a vigorar acrescida dos arts. 3º-A, 3º-B e 3º-C, com a seguinte redação:

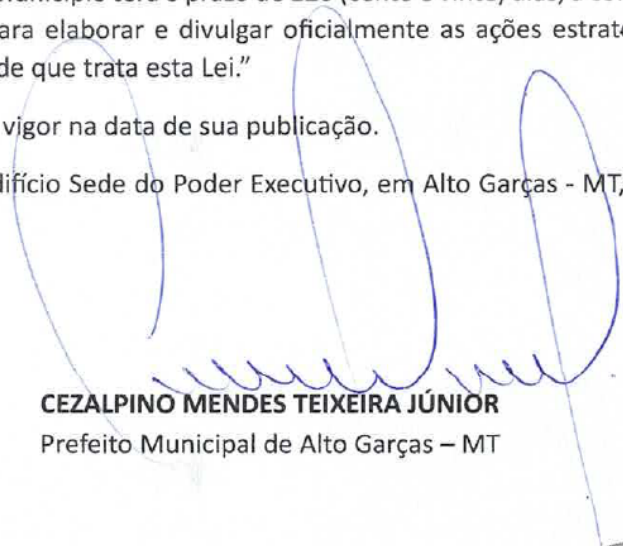
**“Art. 3º-A** Considera-se Agenda Transversal o conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no Município.

**Art. 3º-B** A Agenda Transversal de que trata o art. 3º-A terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

**Art. 3º-C** O Município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente as ações estratégicas da Agenda Transversal de que trata esta Lei.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito**, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT, **12 de janeiro de 2026.**



**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**  
Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

**MENSAGEM DO PROJETO DE LEI Nº 004/2026**

Alto Garças - MT, 12 de janeiro de 2026.

Senhor Presidente,  
Senhora Vereadora,  
Senhores Vereadores,

Encaminho à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que acrescenta os arts. 3º-A, 3º-B e 3º-C à Lei Municipal nº 1.497, de 15 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Alto Garças para o quadriênio 2026–2029, com a finalidade de instituir, no âmbito do PPA, a Agenda Transversal para Crianças e Adolescentes.

A proposição legislativa tem por objetivo incorporar formalmente ao planejamento estratégico municipal a Agenda Transversal voltada à promoção e à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, mediante a articulação intersetorial das políticas públicas das áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte e demais políticas correlatas, em consonância com o disposto no art. 227 da Constituição Federal e nos arts. 4º e 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990).

A iniciativa decorre do compromisso institucional assumido pelo Município de Alto Garças ao aderir à Estratégia do Selo UNICEF – Edição 2025–2028, cujo regulamento estabelece, como requisito para a participação efetiva do Município, a previsão expressa da Agenda Transversal para Crianças e Adolescentes no Plano Plurianual vigente, assegurando respaldo legal, segurança jurídica e alinhamento do planejamento municipal às diretrizes nacionais e internacionais de proteção integral da infância e da adolescência.

Importa destacar que o Projeto de Lei não cria programas, ações ou despesas imediatas, limitando-se a estabelecer diretriz estruturante de natureza conceitual e organizacional, plenamente compatível com a função do Plano Plurianual, preservando-se, assim, o equilíbrio fiscal e a coerência do sistema de planejamento orçamentário municipal.

A urgência na apreciação da matéria justifica-se em razão do prazo estabelecido pelo UNICEF para atendimento dos requisitos normativos, bem como da necessidade de garantir continuidade, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes, fortalecendo a atuação da rede de proteção e evitando prejuízos institucionais ao Município.

Para melhor instrução do processo legislativo, segue em anexo a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Assistência Social, que fundamenta a presente proposição, expõe as razões técnicas e institucionais da medida e destaca a relevância social da matéria.



PREFEITURA  
**ALTO GARÇAS**

*Nosso legado é o futuro*

Diante do exposto, considerando o elevado interesse público, a relevância social e o alinhamento da proposta às normas constitucionais e legais vigentes, submeto o presente Projeto de Lei Nº 004/21026 à apreciação dessa Casa Legislativa, solicitando sua análise e aprovação, preferencialmente em regime de urgência, nos termos regimentais.

Renovo a Vossas Excelências protestos de elevada estima e distinta consideração.



**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT



## DECLARAÇÃO DE NÃO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Em atendimento ao disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, nos arts. 165, 167 e 169 da Constituição Federal, bem como em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, declaro, para os devidos fins, que:

O Projeto de Lei nº 004/2026, de 12 de janeiro de 2026, que “Acrescenta os arts. 3º-A, 3º-B e 3º-C à Lei Municipal nº 1.497, de 15 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Alto Garças/MT para o Quadriênio 2026–2029, para instituir a Agenda Transversal para Crianças e Adolescentes”, não gera impacto orçamentário-financeiro.

A inexistência de impacto decorre do fato de que o referido Projeto de Lei não cria nem amplia despesas, limitando-se a promover adequação e organização programática, uma vez que:

- as ações,
- os programas,
- os objetivos,
- as metas físicas,
- as metas financeiras,
- e o público-alvo

já se encontram integralmente contemplados no detalhamento do Plano Plurianual 2026–2029, aprovado por meio da Lei Municipal nº 1.497/2025, não implicando criação de novos gastos ou alteração de valores previamente fixados.

Dessa forma, o Projeto de Lei em questão não demanda estimativa de impacto orçamentário-financeiro, tampouco medidas de compensação, por não resultar em aumento de despesa pública, atendendo plenamente às exigências da legislação fiscal e orçamentária vigente.

É o Parecer!

Alto Garças – MT, 13 de janeiro de 2026.



**Clea Maria Barbosa de Souza**  
Contadora

**RECEBI EM:**  
13/01/2026  
**ADMINISTRAÇÃO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
*Delayne Costa 16:55h.*



## COMUNICAÇÃO INTERNA 007/2025/GAB/SAS/MS

Alto Garças-MT, 02 de janeiro de 2026.

De: Secretaria Municipal de Assistência Social

Para: Secretaria Municipal de Administração

Assunto: Inclusão de artigos da Agenda Transversal do Selo UNICEF na Lei do PPA 2026-2029.

Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar a inclusão dos três artigos da Agenda Transversal do Selo UNICEF na Lei do PPA 2026-2029.

Visto que o município de Alto Garças aderiu à estratégia do Selo Unicef Edição 2025-2028, e como pré-requisito para participação mais efetiva deste município no Selo, o mesmo deve incluir os seguintes artigos que instituem a Agenda Transversal para Crianças e Adolescentes, até o prazo 19 de janeiro de 2026, no texto da Lei que aprova o Plano Plurianual 2026-2029.

- Artigo 1º – Considera-se Agenda Transversal um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município.

- Artigo 2º – A Agenda Transversal de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Alto Garças  
Rua Dom Aquino nº 346 Centro  
CEP: 78.770-000  
CNPJ: 03.133.097/0001-07  
Contato: (66) 3471-1155

**RECEBI EM:**

07/01/2026

ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Delayne Costa 16:15h

• Artigo 3º – O município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente as ações estratégicas da Agenda Transversal de que trata esta Lei.

## JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Assistência Social vem, respeitosamente, por meio desta, justificar a necessidade de **convocação de sessão extraordinária da Câmara Municipal de Vereadores** para apreciação e aprovação de **Projeto de Lei** que dispõe sobre a **inclusão dos três artigos da Agenda Transversal de Crianças e Adolescentes, conforme diretrizes do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF**, no ordenamento legal do Município.

A proposição legislativa em questão reveste-se de **relevância social e institucional**, uma vez que a Agenda Transversal de Crianças e Adolescentes constitui instrumento estratégico para a **integração das políticas públicas intersetoriais**, promovendo a articulação entre as áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte e demais políticas correlatas, garantindo a prioridade absoluta prevista no **artigo 227 da Constituição Federal** e nos **artigos 4º e 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)**.

A urgência da matéria decorre, ainda, do compromisso assumido pelo Município junto ao **UNICEF**, no âmbito de iniciativas e programas voltados ao fortalecimento da proteção integral de crianças e adolescentes, sendo a inclusão dos referidos artigos **condição indispensável para o alinhamento normativo e institucional** às diretrizes nacionais e internacionais de promoção dos direitos da infância e juventude.

Ressalta-se que a ausência de regulamentação legal específica pode **comprometer a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas**





direcionadas a esse público, bem como fragilizar a atuação da rede de proteção, especialmente diante das recomendações emitidas por órgãos de controle e fiscalização, como o Ministério Público.

Dessa forma, a convocação de sessão extraordinária da Câmara Municipal mostra-se necessária e oportuna, considerando a relevância pública da matéria, o interesse social envolvido e a necessidade de garantir segurança jurídica às ações já desenvolvidas e àquelas em fase de planejamento, evitando prejuízos ao atendimento integral de crianças e adolescentes no Município.

Ante o exposto, esta Secretaria solicita a Vossa Excelência a adoção das providências cabíveis para a convocação de sessão extraordinária do Poder Legislativo, a fim de assegurar a célere apreciação e aprovação do referido Projeto de Lei, reafirmando o compromisso da Administração Municipal com a proteção integral e a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente.

Sendo o que consta, antecipamos nossos protestos de estima e consideração, e aguardamos deferimento e providências.

Atenciosamente,

**MARCELLA S. S. SPERANDIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**